

A ESCOLA INGLESA: CONCEITOS, ATUALIDADE E SOCIEDADES INTERNACIONAIS REGIONAIS

THE ENGLISH SCHOOL: CONCEPTS, RELEVANCE AND REGIONAL INTERNATIONAL SOCIETIES

Milton Carlos Bragatti | miltonbragatti@yahoo.com | Doutor em Relações Internacionais, Ciências Sociais e Política pela Alma Mater Studiorum Università di Bologna e Universidade Nova de Lisboa.

Recebimento do artigo Fevereiro de 2022 **Aceite** Maio de 2022

Resumo: A Escola Inglesa (EI) vem se renovando e atraindo, por sua abordagem abrangente e interpretativa, adeptos muito além dos limites da Europa, numa “virada regional” desta tradição de pesquisa. O objetivo deste artigo é apresentar algumas das questões e debates atuais, contextualizando a EI em sua posição como “via média”, seu apelo à pluralidade, transdisciplinaridade e multiplicidade metodológica. Ao oferecer uma abordagem holística, superando a fragmentação das Relações Internacionais como disciplina, com enfoque nas normas, leis e instituições e conjugando história mundial, direito internacional e sociologia histórica, a EI oferece instrumentos, levanta questões e proporciona análises relevantes e atuais na análise de política internacional.

Palavras-chave: Escola Inglesa; Teoria das Relações Internacionais; Positivismo; Ciência.

Abstract: The English School (ES) has been renewing itself and attracting, due to its interpretive and open approach, adepts far beyond the limits of Europe, in a “regional turn” of this research tradition. The purpose of this article is to present some of the current issues and debates, contextualizing the English School in its position as “via media”; its appeal to plurality, transdisciplinarity and methodological multiplicity. By offering a holistic approach, overcoming the fragmentation of International Relations as a discipline, combining world history, international law, historical sociology and focusing on norms, laws and institutions, the English School offers tools, raises questions and provides relevant and current analysis of international politics.

Keywords: English School; International Relations Theories; Positivism; Science.

1. INTRODUÇÃO

A disciplina acadêmica de Relações Internacionais (RI) é tradicionalmente ensinada como uma história pedagógica de ‘grandes debates’ que marcaram o desenvolvimento deste campo de conhecimento. Atualmente, no contexto do Quarto Debate, segundo Kurki e Wight (2013), a discussão enfoca a questão da cientificidade em RI e em termos das separações e divisões em torno das quais a disciplina se organiza.

A história dos debates e seus vencedores está sendo revisitada e questionada (SCHMIDT, 2013), embora o pensamento positivista-cientificista tenha prevalecido e feito seu impacto. Com seu apelo por uma “abordagem clássica”, Hedley Bull (1977), uma das principais figuras e o mais proeminente dos estudiosos da Escola Inglesa (EI), também foi central no chamado “segundo debate” da disciplina. Esse debate foi estimulado pelos comportamentalistas e suas pesquisas predominantemente quantitativas (principalmente positivistas), provocando “forte resistência daqueles comprometidos com uma forma de RI mais historicista, ou interpretativa” (KURKI; WIGHT, 2013, p. 18).

Aqueles que se identificam com a Escola Inglesa a veem como ocupando um “meio-termo” em RI, segundo Dunne (2013), considerando essa abordagem como preferível em relação às teorias dominantes do neo-realismo e do neoliberalismo e às alternativas, que o autor considera mais radicais – como a teoria crítica e o pós-estruturalismo. A maioria dos estudiosos, ainda segundo este autor, é atraída pela perspectiva da Escola Inglesa porque ela oferece uma síntese de diferentes teorias e conceitos e, ao fazê-lo, a Escola Inglesa “evita o enquadramento ou realismo vs. idealismo, conforme estabelecido nos escritos de muitas grandes figuras durante as décadas de 1930 e 1940” (ibid., p. 133). Esse posicionamento também ajuda a evitar a divisão entre a pesquisa explicativa e a interpretativa, que gera polêmica no ‘quarto debate’, segundo Dunne, ressaltando que “(...) no lugar dessas dicotomias, a Escola Inglesa pretende oferecer um relato de RI que combina teoria e história, moralidade e poder, agência e estrutura” (ibid., p. 133).

O que diferencia a Escola Inglesa de outras abordagens, como apontam Dunne e Little (2014), é que ela analisa os elementos históricos e também a lógica sistêmica, tentando acomodar as normas sociais em relatos teóricos da política mundial, já que apenas “essas análises juntas têm poder explicativo ao considerar como o mundo se articula” (p. 91).

Para buscar uma compreensão abrangente sobre a posição da Escola Inglesa em relação às outras teorias mainstream, nosso ponto de partida é a discussão sobre o significado de Ciência nas RI; as diferenças entre “explicar” e “compreender” e o embate entre positivismo

e interpretativismo; além da metodologia e abordagem da EI. A Escola Inglesa mantém seu potencial de síntese da grande teoria, como Buzan (2014) destaca, pela refutação do argumento sobre a incomensurabilidade entre paradigmas que separam as abordagens Liberal, Realista, Construtivista e Marxista das RI. Assim, a perspectiva holística da Escola Inglesa para a criação de conhecimento contrasta com a abordagem ‘fragmentada’ predominante especialmente nos Estados Unidos.

Nosso artigo explora os principais conceitos da Escola Inglesa, especialmente o de sociedade internacional. Seguimos então identificando os principais aspectos em que essa abordagem difere, mas também se aproxima, das principais teorias de RI, a saber, Realismo, Liberalismo e Construtivismo, e finalizamos com a mais recente ‘virada regional’ de interpretação da abordagem da Escola Inglesa em contextos regionais.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E CIÊNCIA: EXPLICAÇÃO, COMPREENSÃO, POSITIVISMO E INTERPRETATIVISMO

A área acadêmica de Relações Internacionais está amplamente localizada dentro da área de Ciências Sociais. No entanto, como Kurki e Wight (2013) enfatizam, uma posição sobre se as RI são científicas só pode ser tomada a partir da definição do que é ciência. Os autores consideram RI uma Ciência, com ressalvas: “(...) não baseada em uma insistência dogmática na certeza de suas reivindicações, mas, sim, em seu compromisso com a crítica constante” (ibid., p. 16). A Escola Inglesa trabalha com uma noção de ciência muito diferente daquela de viés positivista, predominantemente norte-americana, na visão de Dunne (2013, p. 138): ao invés de operacionalizar conceitos e formular hipóteses ‘testáveis’, a ênfase se coloca na compreensão e interpretação das propriedades que marcam diferentes ordens históricas e normativas.

Em termos teóricos, quando se trata de caracterizar a Escola Inglesa como um “programa de pesquisa” e suas contribuições, é importante esclarecer a definição do que significa “teoria”. Aqui, como explica Buzan (2014, p. 16), a definição do termo ‘teoria’ é mais europeia, significando “(...) tudo o que organiza um campo sistematicamente, estrutura questões e estabelece um conjunto coerente e rigoroso de conceitos e categorias inter-relacionados”. O autor enfatiza que a abordagem norte-americana das RI exige que uma teoria explique estritamente e deva conter - ou ser capaz de gerar - hipóteses testáveis de natureza causal. Para Buzan (ibid., p. 24), a teoria da Escola Inglesa claramente se qualifica no primeiro relato (europeu), mas não no segundo: “Dado seu ecletismo teórico e metodológico, a Escola Inglesa não pode atender a uma exigência de teoria que está ligada a uma única epistemologia”.

Os debates entre explicar e compreender e racionalismo e refletivismo, na visão de Kurki e Wight (2013), produziram uma divisão da disciplina de Relações Internacionais em dois grupos: um ponto de vista ‘pró-ciência’ versus uma posição ‘anticiência’. De acordo com os autores, esse cisma em RI pode ser descrito em termos de uma abordagem científica versus uma abordagem interpretativa ou hermenêutica: os teóricos explicativos procuram emular as ciências naturais, seguindo métodos científicos e buscando identificar causas gerais, enquanto os defensores do entendimento enfocam a análise dos significados, razões e crenças “internas” que os atores mantêm e referências em que se baseiam para sua ação.

O chamado Segundo Debate em RI foi em grande parte protagonizado por um dos autores mais importantes da Escola Inglesa, Hedley Bull. Em 1966, Bull escreveu um artigo na *World Politics* chamado ‘The case for a classical approach’ (numa tradução livre, algo como ‘Argumento por uma abordagem clássica’). Nele, Bull se posiciona contra uma aplicação rígida de métodos científicos e clama pela adoção de uma abordagem clássica, que Bull definiu como “aquela abordagem de teorização que deriva da Filosofia, História e Direito, e que é caracterizada pela confiança explícita no exercício de julgamento” (BULL, 1966, p. 361).

Como Curtis & Koivisto (2010, p. 437) indicam, behaviourists (comportamentalistas) como Kaplan defenderam a modelagem estatística e outros métodos quantitativos para desvendar leis causais (ou regularidades) das relações internacionais e, em resposta, Bull argumentou que a abordagem “científica” não poderia promover teoria internacional porque os estudiosos estão imbuídos de premissas de valor. Em vez disso, a teoria internacional deveria descobrir as ideias que governam nosso pensamento sobre as relações internacionais e “para expor quais são essas ideias”, colocá-las em seu contexto histórico e examinar sua validade e significado na prática passada e presente.

O Segundo Debate e a cisão disciplinar que este fomentou nas RI, na visão de Curtis e Koivisto, teve o efeito de reificar a divisão, muitas vezes representada por uma escolha entre uma abordagem científica, “nomotética” - descobrir ou estudar leis científicas gerais;

ou uma abordagem histórica, “ideográfica” do mundo social - estudando fatos ou processos particulares; ou seja, desenvolver leis gerais universalmente aplicáveis, por meio de um tipo de grande teoria, ou buscar compreender eventos históricos únicos e particulares. No entanto, os autores ressaltam que essas são duas posições extremas não são tão exclusivas quanto parecem: “A questão é se estamos interessados em compreender a contribuição distinta de eventos e processos particulares, ou em desenvolver leis a-históricas que são universalmente aplicáveis a todas as épocas da história humana” (ibid., p. 437).

CONCEITOS CENTRAIS DA ESCOLA INGLESA E A SOCIEDADE INTERNACIONAL

O conceito principal da Escola Inglesa e distintivo no âmbito das Relações Internacionais é o de “sociedade internacional”. Na visão de Green (2014), a sociedade internacional é concebida como uma sociedade na qual os Estados são os atores primários, produzindo coletivamente as regras e práticas aceitas pelas quais gerenciam suas inter-relações, e sua ação reflete as ideias, contextos culturais, identidades, e entendimentos compartilhados de atores individuais e estatais.

Os fundamentos teóricos da EI e o conceito de sociedade internacional, como aponta Green (2014), sintetizam e refletem o pensamento dos principais autores europeus na noção dos três “mundos” das RI (sistema internacional / Hobbes, sociedade internacional / Grocius e sociedade mundial / Kant), e as principais instituições que estruturam e ordenam o âmbito internacional (diplomacia, equilíbrio de poder, direito internacional, grandes potências, guerra e outras) e formas de discutir o grau de convergência cultural dentro delas.

A denominação Escola Inglesa é “inadequada para o que representa”, ressalta Buzan (2014). O autor destaca que algumas de suas figuras fundadoras não eram inglesas - Hedley Bull era australiano, Charles Manning sul-africano - e seu foco sempre foi a história e a teoria no nível global das relações internacionais. Não há nada particularmente inglês em suas ideias, acrescenta Buzan, que podem ser entendidas como um amálgama europeu de história, direito, sociologia e teoria política; Grocius, um importante teórico clássico com o qual a Escola Inglesa está mais intimamente associada, era holandês; e a EI foi inicialmente financiada por fundações americanas como Rockefeller e Ford; mesmo com a ressalva de que seus principais teóricos majoritariamente trabalharam em universidades inglesas, como Cambridge, Oxford e London School of Economics, entre outras.

Para resumir a concepção de Relações Internacionais para a Escola Inglesa, Barry Buzan (2014, p. 5) define as RI como o “vocabulário normativo” da conduta humana: “(..) como um mundo não apenas de poder ou prudência ou riqueza ou capacidade ou dominação, mas também de reconhecimento, associação, filiação, igualdade, equidade, interesses legítimos, direitos, reciprocidade, costumes e convenções, acordos e divergências, disputas, ofensas, lesões, danos, reparações e o resto”.

A Escola Inglesa apresenta um quadro teórico e histórico, resume Halliday (2009), que combina elementos do realismo clássico (como ênfase no poder militar e na competição, a primazia do estado, o papel das grandes potências e a função interestatal de guerras), com temas associados a uma abordagem ‘liberal’ ou ‘grociana’ das relações internacionais (como a aceitação de valores compartilhados de caráter formal, legal e informal, ‘institucional’).

A Escola Inglesa combina o reconhecimento do interesse próprio e da competitividade estruturalmente intrínseca, presente no sistema internacional, com a insistência nos demais fatores, sejam eles costumeiros, legais ou ideológicos, que mitigam e em certa medida configuram tais relações. (HALLIDAY, 2009, p. 2-3)

A ideia das três tradições, é resumida por Buzan (2014), nos seguintes termos:

- *Sistema internacional* se refere a uma tradição hobbesiana, fundamentalmente no campo realista das RI, onde os Estados disputam poder, dentro de uma estrutura anárquica internacional. Segundo Buzan, essa tradição é bem desenvolvida tanto no realismo como no neorealismo, e geralmente baseada em epistemologia positivista, metodologias materialistas e racionalistas e teorias estruturais;

- *Sociedade internacional (sistema de Estados, ou sociedade interestatal, ou sociedade de Estados)* baseia-se em uma tradição Grociana, tratando da institucionalização do interesse mútuo e da identidade entre os Estados e coloca a criação e manutenção de normas, regras e instituições compartilhadas no centro da teoria de RI. Segundo Buzan (ibid., p. 12), a “ideia básica da sociedade internacional é bastante simples: assim como os seres humanos, como indivíduos, vivem em sociedades que moldam e pelas quais são moldados, também

os Estados vivem em uma sociedade internacional que moldam e pela qual são moldados”;

- *Sociedade mundial (revolucionismo)* se refere a uma tradição Kantiana, abordando fundamentalmente os indivíduos, as organizações não-estatais e a população global como um todo, focando as identidades e arranjos sociais globais, além de colocar a transcendência do sistema estatal no centro da teoria de RI. Segundo Buzan (ibid., p. 12), o chamado “revolucionismo trata principalmente de formas de cosmopolitismo universalista”.

Ainda segundo a visão de Buzan (ibid, p. 14-15), na perspectiva da Escola Inglesa todos esses três elementos estão em contínua coexistência e interação, com a “questão principal em qualquer tempo e lugar sendo quão fortes eles são em relação um ao outro”.

A abordagem da EI teve um impacto significativo na Europa continental, bem como nos EUA, Canadá, Austrália, China e Índia, acrescenta Dunne (2013). Na Grã-Bretanha, a EI voltou a ser a voz teórica dominante naquela década, segundo o autor. Nesse sentido, “ao contrário do que implica o nome, a Escola Inglesa nunca foi muito inglesa e menos ainda hoje” (ibid., p. 339). Em anos mais recentes, perspectivas mais críticas se destacaram na disciplina das RI, como as construtivistas, neo-marxistas, decoloniais, o pós-estruturalismo e sociologia política internacional, trazendo questões epistemológicas e metodológicas destas. No entanto, a Escola Inglesa contempla elementos de algumas destas abordagens e possibilita diálogo e aproximações com estas, incorporando críticas e redirecionamentos, se distanciando do eurocentrismo, enfatizando a multiplicidade da História global e revelando potencial de se renovar e voltar a ter proeminência (COSTA-BURANELLI; TAEUBER, 2021).

SOCIEDADE INTERNACIONAL: DEFINIÇÃO, PROPRIEDADES, VARIAÇÕES

Um dos principais conceitos da abordagem da Escola Inglesa é o de “sociedade internacional”. Nas palavras de Hedley Bull (1977), a sociedade internacional surge quando “um grupo de Estados, consciente de certos interesses e valores comuns, forma uma sociedade no sentido de que eles se concebem como vinculados por um conjunto comum de regras em suas relações uns com os outros e participam do funcionamento de instituições comuns” (p. 13).

O primeiro elemento-chave da sociedade internacional, nas palavras de Dunne (2013), é que a adesão está confinada a Estados soberanos, em que os atores reivindicam soberania e reconhecem o direito um do outro às mesmas prerrogativas. O ato de reconhecimento mútuo indica a presença de uma prática social; o reconhecimento é o primeiro passo na construção de uma sociedade internacional (p. 139). No entanto, como acrescenta Dunne, o reconhecimento não é condição suficiente para a existência de uma sociedade internacional; os atores devem ter alguns interesses comuns mínimos, como comércio, liberdade de viagens ou simplesmente a necessidade de estabilidade.

A sociedade internacional deve ser pensada em termos ontológicos (como estrutura social) e em termos agenciais (capacidade de ação), na visão de Dunne (2005). Os termos estruturais referem-se a poderes, tendências, propriedades e regras, que assumem a forma de capacitação e restrições à ação; a agência captura a maneira pela qual os representantes da “sociedade internacional” esclareceram e codificaram as regras sobre imunidade diplomática, as leis da guerra, os princípios de coexistência após uma quebra da ordem e assim por diante: “A sociedade internacional é um fato social, externo a cada estado, mas também interno a todos” (ibid., p. 140).

Embora a preocupação geral de Bull em *The Anarchical Society* (1977) fosse o problema de ordem nas relações internacionais, Schouenborg (2014, p.77) resume que a substância da discussão é sobre o funcionamento de cinco instituições: (i) o equilíbrio de poder, (ii) direito internacional, (iii) diplomacia, (iv) guerra e (v) grandes potências.

Alguns autores argumentam que a EI se preocupa primordialmente com o estudo das instituições e, de fato, Suganami (2005) os denomina de “(...) ‘institucionalistas’ pelo interesse em identificar, e investigar o funcionamento das instituições da sociedade internacional, ou um conjunto de regras sociais, convenções e práticas que fornecem a seus membros uma estrutura para identificar o que é feito e o que não é na gestão diária de suas interações” (ibid., p. 253).

As instituições primárias representam normas subjacentes fundamentais e são desenvolvidas ao longo do tempo, mais do que projetadas, na concepção de Buzan, como a soberania, diplomacia e direito internacional; as instituições secundárias, ao contrário, são relativamente específicas, concretas e geralmente projetadas (principalmente organizações e regimes intergovernamentais). A natureza e a complexidade de suas instituições primárias e secundárias é o que caracteriza e identifica os sistemas de Estado históricos; esse enfoque

nas instituições também permite a identificação de sistemas estatais regionais (NAVARI, 2009, p. 16).

Na definição de Buzan (2014), as *Instituições primárias* são práticas sociais profundas e relativamente duráveis e vistas como legítimas. O conjunto clássico de instituições primárias ‘Westfalianas’ consiste em soberania, territorialidade, equilíbrio de poder, guerra, diplomacia, direito internacional e *great power politics*, aos quais Buzan soma também o nacionalismo, a igualdade humana e o mercado. As *instituições secundárias* são, em sua maioria, arranjos intergovernamentais conscientemente projetados por Estados para servir a propósitos funcionais específicos (Nações Unidas, Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o regime de não proliferação nuclear). Buzan acrescenta que as instituições primárias se diferenciam das secundárias por serem mais profundas e evoluídas, por terem uma história muito mais longa e por oferecerem uma forma de ver a sociedade internacional como uma estrutura social.

No entanto, Buzan (ibid., p. 175) enfatiza que a literatura clássica da EI não é clara sobre a definição de instituições primárias e, segundo o autor, uma definição mais geral é que elas são práticas relativamente fundamentais e duráveis que são mais produto de uma evolução do que projetadas; e são constitutivas dos atores e de seus padrões de atividade legítima em relação uns aos outros.

ESCOLA INGLESA E METODOLOGIA

A Escola Inglesa adota uma abordagem pluralista com relação a metodologia. Como explica Little (2005, p. 47), “no cerne desta avaliação está o reconhecimento de que há uma necessidade de um arcabouço teórico muito mais rico e complexo para a compreensão das relações internacionais do que as abordagens tradicionais geralmente implantam”.

O pluralismo metodológico, ainda na visão de Little, “é inerente à abordagem teórica da EI e decorre do compromisso com um referencial teórico multidimensional e também de uma teoria multifacetada da história” (ibid., p. 79). Little aponta que o neorealismo e o neoliberalismo são ambos caracterizados por perspectivas teóricas essencialmente unidimensionais que são a-históricas em caráter, enquanto a EI busca desenvolver uma teoria historicamente sensível e abrangente / geral de RI, que requer uma abordagem eclética e pluralista de metodologia.

O conceito de sociedade internacional, segundo Navari (2009), encapsula a visão central da Escola Inglesa de que as relações internacionais constituem um conjunto de relações sociais. O conceito é um tipo ideal, no sentido weberiano, ressalta Navari: segundo Weber, os tipos ideais são dispositivos explicativos que tentam desvendar os motivos para a ação no estudo das sociedades, para “medir” alguma realidade realmente existente. Navari destaca que essa realidade é constituída, entre outras coisas, por regras de conduta, ou ‘normas’ em alguns usos modernos, e não ‘fazem’ as coisas acontecerem, porque em termos lógicos, essas regras não existem antes de serem demonstradas na ação: “Não podem ser interpretadas como causas porque, em uma relação causal, as causas devem vir antes dos efeitos, enquanto as regras de conduta só podem ser demonstradas em seus efeitos. Na linguagem de causa e efeito, elas são efeitos; não são causas” (Op. cit., p. 5).

Metodologicamente, os teóricos da EI são “Estado-cêntricos” no sentido vago do termo, de acordo com Navari (2009). Embora compartilhem isso com estudiosos realistas, existem diferenças críticas entre eles, com implicações metodológicas importantes, na visão de Navari. A autora destaca que a EI trata o Estado principalmente como um ambiente ou estrutura, enquanto os realistas tradicionais tendem a tratá-lo como um ator.

A metodologia proposta por Buzan e os autores mais aproximados aos positivistas da “nova Escola Inglesa”, na visão de Costa-Buranelli (2014), é uma forma de *analiticismo*. O autor explica que mais do que estabelecer uma relação causal entre variáveis ligadas por um mecanismo causa-efeito, ou propor generalizações nomotéticas, “o analiticismo pressupõe que a realidade seja investigada por meio de um conjunto de elementos analíticos pré-determinados que funcionam como modelo para o que encontramos no mundo real, algo semelhante a um tipo ideal weberiano” (ibid., p. 34).

Mesmo com apelos ao pluralismo metodológico e ao ecletismo, os acadêmicos dentro ou relacionados à Escola Inglesa são “profundamente céticos sobre o cientificismo nas relações internacionais”, enfatiza Bellamy (2005, p. 5), e geralmente preferem *uma abordagem interpretativa*, usando uma variedade de métodos utilizados pela História, estudos jurídicos e diplomáticos, entre outros.

EI E REALISMO, LIBERALISMO, CONSTRUTIVISMO

A Escola Inglesa se posiciona como uma via média entre as abordagens tradicionais de RI. Na visão de Buzan (2014), a EI apresenta sobreposições em muitos aspectos ao Realismo, Liberalismo, Construtivismo e outras abordagens de RI e esse holismo e ecletismo metodológico a posiciona como integrador e aglutinador do campo das RI, mais do que para acrescentar às diferenciações que tendem a dividi-lo.

A capacidade da EI de se conectar com a maioria dos principais campos teóricos de RI, de acordo com Buzan (ibid., p. 37), “é um reflexo de sua abordagem holística que remonta às três tradições de Wight”. Essas três tradições, conforme descreve Wight, são o Realismo (Hobbesiano), o Racionalismo (Grociano) e o Revolucionismo (Kantiano) e estão constantemente presentes, de uma forma ou de outra, no sistema internacional, segundo a tradição da EI. Buzan aponta que a Escola Inglesa não vê cada uma dessas tradições como sendo de alguma forma posições mutuamente excludentes e enfatiza que a abordagem da EI é holística porque leva uma ampla gama de variáveis em consideração e esta disposição também explica seu ecletismo teórico e metodológico. A Escola Inglesa pode ser posicionada, na visão de Buzan (ibid.), nos seguintes aspectos em relação a outras teorias de RI dominantes:

- *Realismo*: Mesmo compartilhando o Estado-centrismo com o Realismo, a principal diferença com a Escola Inglesa é entre sistema e sociedade, uma vez que a sociedade internacional é mais social, em relação ao “ideal mais mecânico da sociedade internacional” proposto pelos realistas (ibid., p. 29). O conceito de Poder não é uma característica dominante para a EI como é para o Realismo, além de este considerar a anarquia como uma condição essencialmente material que conduz o equilíbrio de poder; já a Escola Inglesa considera os Estados e anarquia como construções sociais que podem levar a uma variedade de processos. Buzan ressalta que “(...) A Escola Inglesa está sempre preocupada com a contingência histórica e tem uma visão mais ampla tanto das motivações do Estado (que inclui a realista) quanto das estruturas do sistema internacional. (...) para a Escola Inglesa, o equilíbrio de poder é um contrato social, não uma propriedade mecanicista do sistema, o que é um entendimento profundamente diferente” (ibid., p. 29);

- *Liberalismo*: Buzan vê uma grande aproximação entre a Escola Inglesa e a teoria de regimes, mas indica que o Liberalismo tem como foco a sociedade civil, ONGs e outras instituições não estatais, enquanto a EI se concentra principalmente no estado e nas instituições primárias. Ainda segundo Buzan, há uma sobreposição e “complementaridade significativa” ligando a Escola Inglesa e o liberalismo, particularmente na teoria de regimes, na visão de Buzan. O autor aponta que também existem diferenças significativas: a teoria de regimes está mais focada em eventos contemporâneos, enquanto a Escola Inglesa tem uma perspectiva principalmente histórica; coloca ênfase na maneira como as instituições da sociedade internacional e seus membros são mutuamente constitutivos. Para a Escola Inglesa, as instituições primárias definem as regras do jogo e quais são as peças. A teoria de regimes e sua análise se baseiam em atores que buscam interesses próprios e utilizam mecanismos de escolha racional, enquanto a Escola Inglesa se concentra principalmente em interesses comuns e valores compartilhados entre os atores e os mecanismos de ordem internacional;

- *Construtivismo*: Para Buzan, “qualquer estudo da sociedade é necessariamente construtivista de alguma forma, porque a sociedade não pode ser entendida como outra coisa senão uma construção social” (ibid., p. 32). Nesse sentido, o autor concorda com Dunne no sentido de que “a Escola Inglesa era ‘construtivista’ antes que o construtivismo se tornasse mainstream” (ibid., p. 32). Buzan enfatiza que a Escola Inglesa tem suas raízes principais no estudo da História, teoria política e Direito internacional, enquanto o construtivismo surgiu de debates sobre epistemologia e método.

A MODO DE CONCLUSÃO: A PLURALIDADE DA ESCOLA INGLESA SE APLICA A CONTEXTOS REGIONAIS

No século XXI, a Escola Inglesa se consolidou e “o tema há muito negligenciado da sociedade internacional em nível regional” passou a receber atenção, segundo Buzan (2014), atraindo, por exemplo, estudiosos asiáticos, principalmente na China e no Japão. Buzan enfatiza que a EI encontra ressonância em abordagens históricas de RI e também “serve como um antídoto para o que alguns veem como a influência excessiva da teoria de RI norte-americana em suas universidades” (ibid., p. 11). A Escola Inglesa, nesses contextos, é tida como justificativa e estímulo para o desenvolvimento de abordagens mais próprias para a teoria de RI.

Um dos avanços teóricos e empíricos mais significativos da EI é, de fato, sua recente virada para a escala regional. Com o fim da Guerra Fria, o papel das regiões assumiu uma importância cada vez maior. O conceito de “região”, de acordo com Buzan (2012), descreve “um subsistema geograficamente agrupado de Estados que é suficientemente distinto em termos de sua estrutura interna e processos,

sendo significativamente diferenciado de um sistema internacional mais amplo ou sociedade da qual faz parte” (ibid., p. 22). Para o autor, a região é um nível de análise entre o sistema internacional e o nível unitário (estatal) e o aspecto geográfico é crucial, já que a maioria das interações entre as unidades se realiza com mais facilidade entre distâncias curtas. No entanto, as regiões não são apenas subsistemas de Estados em um sistema internacional, “mas um tipo específico de subsistema definido por agrupamento geográfico” (ibid., p. 22).

A ascensão de uma forma Westfaliana de sociedade internacional produziu um conjunto de Estados homogêneos no sentido de todos serem igualmente soberanos. Para países colonizados por potências ocidentais, ressalta Buzan (2012), o preço para serem aceitos como iguais pelo Ocidente foi a adoção das instituições primárias básicas da sociedade internacional westfaliana, como soberania, não-intervenção, diplomacia, direito internacional. No entanto, essas estruturas sociais podem formar níveis regionais distintos. Na visão de Buzan, se antes havia um núcleo ocidental hegemônico sobre uma variedade de periferias regionais, o quadro parece estar se movendo para uma estrutura mais policêntrica, em um sistema / sociedade internacional mais descentralizado contendo vários núcleos regionais. Nesse cenário, “o resultado seria uma sociedade internacional em camadas em que as diferenciações e dinâmicas regionais se tornariam mais importantes, e a dinâmica global de hegemonia e da sociedade internacional ocidental / global se torna menos importante” (ibid., p. 45).

Ao considerar a adoção da caixa de ferramentas conceituais da Escola Inglesa em contextos regionais, Costa-Buranelli (2014) questiona como as instituições da sociedade internacional global são adotadas, reinterpretadas ou rejeitadas, e como essas instituições podem ser transformadas, gerando potencialmente várias sociedades internacionais, cada uma delas tendo sua própria interpretação de determinadas normas ou instituições. Nesse sentido, segundo o autor, a ligação entre a conceptualização das instituições, suas interpretações regionais e *norm localizing* pode evitar o perigo de uma abordagem “tamanho único” em contextos regionais.

A perspectiva da Escola Inglesa está atraindo mais adeptos e sendo reinterpretada não apenas na Europa e nos EUA, mas em outras regiões do mundo, como China, Índia e América Latina (MERKE, 2014; BRAGATTI, 2020). Para Zhang (2014, p. 235), a EI é atraente na Ásia porque “parece disposta e capaz de acomodar um conjunto culturalmente diverso de abordagens intelectuais e experiências históricas”. No Leste Asiático, o crescimento de RI foi acompanhado por uma trajetória de aprendizado e desenvolvimento de teoria distintos, onde “construir teorias regionais que incorporam e refletem ideias, tradições, experiências históricas e perspectivas próprias é uma parte importante da construção / inovação” (ibid., p. 235).

A América Latina pode ser considerada como uma “sociedade internacional regional”, no argumento pioneiro desenvolvido por Kacowicz (2005). O autor destaca que desde o início do século 19, os países latino-americanos recém-independentes gradualmente desenvolveram instituições complexas e um sofisticado sistema regional de direito internacional e instituições, que incluíam uma série de normas regionais que regulamentavam seu comportamento internacional e nacional (ibid., p. 25). Os elementos da sociedade latino-americana, segundo Kacowicz (ibid., p. 25), podem ser identificados, entre outros, como interesses e valores comuns compartilhados, como a ênfase no respeito à soberania e independência, evidenciada pela promoção do princípio da não-intervenção, a busca da paz regional, ao recorrer a mecanismos pacíficos de conflitos e privilegiar o recurso à diplomacia e ao direito internacional. Além das cinco instituições apontadas por Bull (1977) – equilíbrio de poder, direito internacional, guerra, diplomacia e great power politics –, Merke (2014, p. 72) acrescenta concertación e processos de regionalismo como constitutivas e diferenciadoras da sociedade internacional regional latino e sul-americana.

Ao oferecer uma abordagem holística, superando a fragmentação crônica das RI como disciplina e vinculando a história mundial, o direito internacional e a sociologia histórica, a Escola Inglesa ‘ganhou seu lugar’ no cânone das Relações Internacionais, na visão de Buzan (2014). No entanto, por suas características, o autor acrescenta que a EI nunca vai satisfazer aqueles que sustentam que o positivismo é a única forma de conhecimento aceitável em RI “e não precisa se desculpar por isso” (ibid., p. 186).

REFERÊNCIAS

- BELLAMY, A. J. (ed.) (2005). **International Society and its Critics**. Oxford: Oxford University Press.
- BRAGATTI, M. (2020). **Theorizing South American International Security**. Tese de Doutorado em RI. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; e em Ciências Sociais e Políticas, Bolonha: Università di Bologna.
- BULL, H. (1977). **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. London: Macmillan.
- _____. (1966). International Theory: The Case for a Classical Approach. In: KNORR, K. E.; ROSENAU, J. N. (ed.). **Contending Approaches to International Politics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, p. 20-38.
- BUZAN, B. (2014). **An introduction to the English School of International Relations - the Societal Approach**. Polity Press.
- _____. (2012). How Regions Were Made, and the Legacies for World Politics. An English School Reconnaissance. In: PAUL, T.V. (ed.). **International Relations Theory and Regional Transformation**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 22-46.
- COSTA-BURANELLI, F. (2014). The English School and Regional International Societies: Theoretical and Methodological Reflections. In: KARMAZIN, A.; COSTA-BURANELLI, F.; ZHANG, Y.; MERKE, F. **Regions in International Society - The English School at the Sub-Global Level**. Brno: Masaryk University Press, p. 22-44.
- COSTA-BURANELLI, F.; TAEUBER, S. (2021). **The English School and Global IR - a research agenda**. All Azimuth, v. 11, n. 1, p. 87-105.
- CURTIS, S.; KOIVISTO, M. (2010). **Towards a Second 'Second Debate'? Rethinking the Relationship between Science and History in International Theory**. International Relations, v. 24, n. 4, p. 433-455.
- DUNNE, Tim (2013). The English School. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (ed.). **International Relations Theories: Disciplines and Diversity**. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press, p. 132-152.
- _____. **System, State and Society: How Does it all Hang Together?** Millennium, v. 34, n. 1, p. 157-170.
- DUNNE, T.; LITTLE, R. (2014). The International System - International Society distinction. In: NAVARI, C.; GREEN, D. **Guide to the English School**. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 91-107.
- GREEN, D. (2014). Introduction to the English School in International Studies. In: NAVARI, C.; GREEN, D. (ed.). **Guide to the English School in International Studies**. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 1-6.
- HALLIDAY, F. (2009). The Middle East and Conceptions of International Society. In: BUZAN, B.; GONZALEZ-PELAEZ, A. (eds). **International Society and the Middle East: English School Theory at the Regional Level**. Basingstoke: Palgrave, p. 1-23.
- KACOWICZ, A. (2005). **América Latina como sociedad internacional: una variación grociana del orden regional y de la comunidad**. Puente@Europa, v. 3, n. 2, p.25-29.
- KURKI, M.; WIGHT, C. (2013). International relations and social science. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (ed.). **International Relations Theories: Disciplines and Diversity**. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press, p. 13-33.
- LITTLE, R. (2009). History, Theory and Methodological Pluralism in the English School. In: NAVARI, C. (ed.). **Theorizing International Society: English School Methods**. Basingstoke: Palgrave, p. 78-103.
- _____. (2005). The English School and World History. In: BELLAMY, Alex J. (ed.). **International Society and its Critics**. Oxford: Oxford University Press, p. 45-64.
- MERKE, F. (2014). Unpacking South American International Society: A Historical Sketch. In: KARMAZIN, A.; COSTA-BURANELLI, F.; ZHANG, Y.; MERKE, F. **Regions in International Society - The English School at the Sub-Global Level**. Brno: Masaryk University Press, p. 68-87.
- NAVARI, C. (2009). What the Classical English School was Trying to Explain, and Why its Members Were not Interested in Causal Explanation. NAVARI, C. (ed.). **Theorizing International Society: English School Methods**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 39-57.
- SCHMIDT, B. C. (2013). On the History and Historiography of International Relations. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. (ed.). **Handbook of International Relations. 2nd edition**. Los Angeles: Sage, p. 3-28.
- SCHOUENBORG, L. (2014). The English School and Institutions: British Institutionalists? In: NAVARI, C.; GREEN, D. (ed.). **Guide to the English School in International Studies**. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 77-90.
- SUGANAMI, H. (2005). The English School and International Theory. In: BELLAMY, A. J. (ed.). **International Society and its Critics**. Oxford: Oxford University Press, p. 29-44.
- ZHANG, Y. (2014). The Global Diffusion of the English School. In: NAVARI, Cornelia; GREEN, Daniel (ed.). **Guide to the English School in International Studies**. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 223-240.